

SUMÁRIO

Capítulo I

COISA JULGADA E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. a coisa julgada, qualidade dos efeitos da sentença	13
2. coisa julgada e terceiros (panorama geral)	15
3. conceito processual de parte e de terceiro	16
4. terceiros, eficácia da sentença, coisa julgada e a admissibilidade da intervenção no processo	19
5. o valor sistemático do conceito de objeto do processo	22
6. situações legitimantes: o terceiro em relação ao objeto do processo ...	24
7. efeitos da intervenção de terceiro sobre o objeto do processo e sobre a estrutura subjetiva deste	26
8. intervenções que ampliam o objeto do processo e sua estrutura subjetiva (I): oposição	27
9. intervenções que ampliam o objeto do processo e sua estrutura subjetiva (II): denunciação da lide	30
10. intervenções que ampliam o objeto do processo e sua estrutura subjetiva (III): intervenção litisconsorcial voluntária	32
11. intervenções que ampliam o objeto do processo e sua estrutura subjetiva (IV): chamamento ao processo	34
12. intervenção que altera somente a configuração subjetiva do processo: nomeação à autoria	36
13. assistência e “eficácia da intervenção”	37

Capítulo II

OPOSIÇÃO

§ 1º – aspectos gerais

14. conceito e natureza jurídica	40
15. justificação e finalidade	45
16. origem germânica e evolução medieval	47
17. ônus de opor-se e consequências da omissão	49
18. oposição interventiva ou autônoma no direito brasileiro	51
19. elementos de direito comparado	53
19.1 Alemanha	55
19.2 Itália	56
19.3 Portugal	56
19.4 França	57
19.5 Espanha	58



19.6 países hispano-americanos	58
19.7 Código-modelo	60

§ 2º – enquadramento sistemático

20. demanda bifronte – natureza dos pedidos do opoente.....	60
21. objeto do pedido	62
22. total ou parcial	63
23. oposição e embargos de terceiro.....	64
24. ainda a demanda em oposição: conexidade objetiva.....	66

§ 3º – pressupostos genéricos da oposição

25. pressupostos genéricos	67
26. condições da ação	67
27. pressupostos processuais – regularidade processual – competência	68

§ 4º – pressupostos específicos da oposição

28. pressupostos específicos	70
29. litispendência entre outros.....	71
30. processo ou fase de conhecimento	71
31. em primeiro grau de jurisdição.....	75
32. sobre a natureza processual do pedido inicial	76
33. a natureza substancial do litígio e o seu objeto	77
34. procedimento ordinário	78
35. qualidade de terceiro	80
36. limites temporais	83
37. divisão temporal entre a oposição interventiva e a autônoma.....	87
38. cont.: em caso de extinção do processo ou da fase cognitiva sem realização de audiência.....	88
39. pendência de reconvenção	89
40. pendência dos “juízos universais”	89

§ 5º – incompatibilidade entre pretensões

41. pretensão própria incompatível com os interesses dos litigantes	91
42. as configurações da incompatibilidade.....	93
43. prejudicialidade	93

§ 6º – pluralidade de oposições

44. oposições sucessivas.....	96
45. oposições convergentes	97

§ 7º – efeitos da oposição

46. efeitos processuais imediatos e específicos	98
47. ampliação do objeto do processo.....	99
48. litisconsórcio necessário.....	101
49. litisconsórcio unitário	102

§ 8º – oposição interventiva

50. incidente do processo e não processo novo.....	105
51. procedimento	107

52. as respostas admissíveis	110
§ 9º – oposição autônoma	
53. oposição autônoma	112
54. processo e procedimento	114
55. procedimento comum	116
§ 10 – ônus da prova e efeito da revelia	
56. efeito da revelia e julgamento antecipado do mérito (oposição interventiva ou autônoma).....	116
57. contumácia na oposição.....	119
§ 11 – extinção do processo ou da fase de conhecimento	
58. extinção do processo ou fase de conhecimento ou a cessação de uma das causas (a “principal” ou a oposição)	120
59. reconhecimento unilateral da oposição e prosseguimento do processo	122
§ 12 – o julgamento da oposição e a coisa julgada	
60. sentença	126
61. antecipação da tutela	128
62. coisa julgada	129
§ 13 – remédios admissíveis	
63. recurso adequado.....	131
64. legitimidade e interesse recursal.....	132
65. limites objetivos e participação subjetiva.....	136
66. devolução oficial.....	137
67. recursos subseqüentes.....	138
68. ação rescisória	139
§ 14 – eficácia da sentença	
69. efetivação da sentença que acolhe a oposição.....	142
§ 15 – custo financeiro do processo	
70. atribuição do custo do processo.....	143
71. valor da causa e custo do processo.....	145

Capítulo III

DENUNCIAÇÃO DA LIDE

72. a denunciação da lide no direito brasileiro	147
73. relance histórico	148
74. sistemas estrangeiros	150
75. aspectos do sistema brasileiro	152
76. denominação: incoerência histórica e funcional	153
77. denominação: equívocos freqüentes.....	154
78. falsa obrigatoriedade	155
79. processo ou fase de conhecimento	156
80. as três figuras da denunciação da lide	157
81. denunciação fundada em evicção	158

81-A. denúnciação <i>per saltum</i>	160
82. denúnciação ao proprietário ou ao possuidor indireto	161
83. denúnciação e garantia	162
84. o duplo efeito da denúnciação da lide e as posições processuais do denunciado	163
85. a posição processual do denunciado em relação à causa pendente	164
86. a ação de garantia e seu julgamento	166
87. a condenação do denunciado	169
88. a posição processual do denunciado em relação à “ação de garantia”	170
89. modo de denunciar a lide	170

Capítulo IV

CHAMAMENTO AO PROCESSO

90. inspiração direta no direito português	172
91. Itália e Alemanha	173
92. denominação	175
93. doutrina portuguesa do chamamento à demanda	175
94. o ônus de chamar ao processo e a utilidade do chamamento	177
95. processo ou fase de conhecimento	179
96. as hipóteses de chamamento ao processo	180
97. cônjuges	181
98. apreciação sistemática do instituto	182

Capítulo V

INTERVENÇÃO DE TERCEIRO EM PROCESSO CAUTELAR

99. a dimensão do problema	185
100. intervenção excluída	185
101. denúnciação da lide	187
102. assistência provocada	189
103. chamamento ao processo	192
104. colocação geral	192

Capítulo VI

ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIAÇÃO DA LIDE

105. uma conhecidíssima tese restritiva	195
106. minha opinião já manifestada	198
107. inaplicabilidade ao direito brasileiro	199
108. cont.: a clara intenção do legislador	200
109. cont.: regresso e sub-rogação (pagamento de dívida alheia)	201
110. utilidade prática e significado jurídico da denúnciação da lide	202
111. sobre a ampliação do objeto do conhecimento	204
112. síntese das críticas e divergências	206
113. o processo civil de resultados e repúdio ao processo civil do autor	210
114. sem temores: a possibilidade de antecipar a tutela jurisdicional	212

BIBLIOGRAFIA	215
---------------------------	-----